Avaliação das condições legais, fiscais e financeiras do Governo conceder reajuste salarial aos Servidores/as – 2017 a 2021 -

I – Dívida do Governo do Paraná com Servidores/as é estimada em R$ 9,4 bilhões

Desde 2017 que o governo não zera a inflação na Data Base dos/das Servidores/as. Os reajustes no período 2017-2022 foram a reposição parcial de 2% em janeiro de 2020 e 3% em janeiro de 2022. Com isso a defasagem salarial acumulada até abril é estimada em 36,15%, com custo estimado de R$ 9,4 bilhões.

Isso significa que os/as servidores/as perderam 11,03 salários nesse período pela não aplicação dos reajustes devidos. Nos próximos doze meses o/a servidor/a perderá quase metade do seu salário – equivalente a 4,8 salário -, ou seja, o/a servidor/a leva para casa 8,51 salários dos 13,33 salários que recebe anualmente.

É urgente, é necessário, é inadiável o Governo quitar sua dívida com os/as servidores/as.

II – Margem Fiscal: Governo pode conceder, de imediato, 14,5% de reajuste salarial

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece o limite legal com gasto com pessoal em 49% e limite prudencial de 46,55%. O reajuste salarial é assegurado tanto na Constituição Federal quanto na Constituição Estadual, bem como na Lei que fixou a data base para os/as servidores/as do Estado - Lei 15.512 de 2007.

O Paraná encerrou o exercício de 2021 com índice fiscal de 42,19%, bem abaixo, portanto, do limite legal e limite prudencial. Considerando o comportamento do gasto com pessoal (últimos doze meses e meses recentes) com estimativa de crescimento de 6% no gasto e de 10% para a receita corrente líquida, a previsão da assessoria econômica do FES é que no encerramento do exercício de 2022 o índice caia para 40,66%.

Com isso, a margem dentro do limite prudencial é de reajuste de 14,5%, com impacto financeiro de R$ 3,8 bilhões.

Considerando o limite legal (49%), a margem de reajuste se estende para 20,51%, reajuste adicional de 5,25% além dos 14,5% previsto dentro do limite prudencial. Considerando a redução da renúncia de receita de R$ 17 bilhões, o governo teria condições de pagar o total da dívida com os/as servidores/as e ainda assim permanecer abaixo do limite prudencial.

Destaca-se nesse levantamento que em todos os anos o governo teve margem fiscal para pagar os reajustes das datas base do período (2017 a 2021).

Tabela - índice do Gasto com Pessoal, margem fiscal de reajuste e custo financeiro

Ano	% GP	Limite	Dif em p.p.	Margem R$ milhões	Margem Reaj	GP - R$ milhões	Var.%	RCL - R$ milhões	Var. %
2021	42,19%	46,55%	4,36%	2.690	10,33%	20.170	9,65%	47.808	18,93%
2020	45,76%	46,55%	1,73%	451	1,73%	18.395	4,62%	40.200	3,31%
2019	45,18%	46,55%	3,03%	789	3,03%	17.582	4,92%	38.913	3,50%
2018	44,57%	46,55%	4,44%	1.156	4,44%	16.757	-6,60%	37.596	2,68%
2017	45,13%	46,55%	3,15%	820	3,15%	17.942		36.615	

III – Governo tinha Margem Financeira

Assim como houve margem fiscal para aplicar o reajuste salarial, houve também margem financeira. Em todos esses anos recentes o governo registrou superávit financeiro: fechou 2017 com R$ 3,24 bilhões, 2018 R$ 3,14 bilhões, 2019 R$ 4,19 bilhões e o recorde em 2020, com superávit financeiro de R$ 7,02 bilhões.

Tabela - Resultado Financeiro

Ano	Resultado R$ bi
2020	7,02
2019	4,19
2018	3,14
2017	3,24

IV – Havia também Disponibilidade de Caixa

Outro indicador financeiro para avaliar a capacidade do Governo de arcar com a despesa é a disponibilidade de caixa, ou seja, dinheiro disponível para ampliar despesa. Os resultados apontam para uma boa condição do governo para pagar os reajustes: em 2017 a disponibilidade foi de R$ 4,22 bilhões, em 2018 foi de R$ 1,72 bilhão, 2019 foi de R$ 2,27 bilhões, 2020 subiu significativamente para R$ 5,92 bilhões e atingiu em 2021 o maior patamar, dobrando em relação a 2020, com disponibilidade de caixa de R$ 11,43 bilhões.

Tabela - Disponibilidade de Caixa

Ano	Resultado R$ bi
2021	11,43
2020	5,92
2019	2,27
2018	1,72
2017	4,22

V – Excesso de arrecadação deve ser recorde em 2021

A capacidade de previsão da receita da Secretária da Fazenda vem caindo ao longo do tempo, pois seu modelo de projeção não dá conta de assimilar a dinâmica da receita. Em todos os anos avaliados o excesso foi significativo, em 2017 o excesso de arrecadação foi de R$ 1,3 bilhão, de R$ 2,2 bilhões em 2018, R$ 2 bilhões em 2019, R$ 1,3 bilhão em 2020, batendo recorde em 2021 e 2022, fechou 2021 com excesso de R$ 9,3 bilhões devendo atingir R$ 9,7 bilhões em 2022 – conforme avaliação da assessoria econômica do FES.

Tabela - Excesso de arrecadação	
Ano	Excesso - R$ bi
2022	9,7
2021	9,29
2020	1,3
2019	2
2018	2,2
2017	1,3

VI – Governo abre mão de R$ 17 bilhões de arrecadação

Não bastasse todas as margens demonstradas, há um outro fator, que na verdade é um escândalo. O governo renuncia a cada ano R$ 17 bilhões de receita. Essa renúncia decorre de incentivos fiscais que o governo concede principalmente ao agronegócio. Enquanto a União e Estados estão reduzindo essa prática, o Governo Ratinho Júnior vai na direção oposta e aumenta a renúncia. Com isso o Governo deixa de cumprir com os seus compromissos legais e de melhoria das políticas públicas, aumentando sua dívida com os/as servidores/as e a população paranaense.

O FES vem denunciando esse escândalo há muitos anos. Não se pode aceitar que o governo abra mão desse montante de recursos para alguns setores privilegiados da economia, em detrimento da condição de vida do/da servidor/a e da população!

VI – Conclusão

O Governo se omitiu em não aplicar o reajuste salarial previsto em Lei. Não houve fundamentação econômica, financeira e fiscal que justificasse tal decisão. Demonstramos nas tabelas acima que houve todas as condições para aplicar o que prevê a Constituição Federal e Estadual, bem como a legislação. Reajuste já!

24/04/2022

Cid Cordeiro Silva, economista